Cumprimentos Autoridades:
Desembargador Dr. Gilberto Marques Filho - Corregedor Geral de Justiça do Estado de Goiás.
Dr. Átila Naves Amaral - Juiz coordenador da audiência pública e auxiliar da CGJGO.
Dra. Luciana Monteiro Amaral – Diretora do Foro da Comarca de Caldas Novas
Demais juízes e autoridades presentes, colegas de trabalho
Nós, servidores do Judiciário de Caldas Novas, nos sentimos orgulhoso receber hoje em nossa comarca a presença da Corregedoria Geral de Justiça neste moment interlocução tão imprescindível, mas raro no nosso meio até então, que objetiva a Orio Dialogar, Propor, Comunicar, Sugerir, Responder e Ouvir os anseios que afligem o meio judio nesta localidade e região.

A princípio, o desejo é de que esse evento se estenda e que o diálogo conosco, servidores (a grande comunidade do judiciário!!!) seja cada dia mais intenso e positivo — Precisamos ser ouvidos, e despidos de formalidades, como disse o Dr. Átila no dia de ontem no site do TJGO.

o de entar,

Gostaríamos de trazer aqui neste dia notícias de alegria e satisfação quanto ao exercício de nosso labor, mas infelizmente não é nossa realidade.

Somos hoje nesta comarca um total de 60 (sessenta) servidores e nos últimos dez anos tivemos casos de aposentadoria por invalidez, afastamentos para tratamento de saúde e hoje aproximadamente 20% de nossos servidores estão acometidos de doenças intimamente ligadas ao trabalho, tais como: Depressão, Transtornos de ansiedade, Lesões por esforço repetitivo e Doenças Gástricas Nervosas.

Interessante observar que durante os últimos anos, assistimos o número da demanda judicial crescer de forma vertiginosa, ao passo que a oferta da prestação jurisdicional tem se tornado cada vez mais minguada.

Logicamente esse excesso de trabalho, aliado ao sentimento de não conseguir cumprir o que lhe foi atribuído, se não gera, contribui potencialmente para o agravamento da saúde dos servidores.

Comumente, no início do expediente, ainda no átrio do fórum, deparamos com servidores cenhosos, lamuriosos e por vezes com lágrimas nos olhos, revelando resistência e aversão ao enfrentamento de mais um dia de jornada de trabalho. As perguntas que vêm sempre vem à mente são: Por quê? Qual o motivo dessa insatisfação generalizada?

E mais, esse não é um problema local. As dificuldades ordinárias aqui enfrentadas o são, certamente, também em todo o Estado e, embora sejam pontuais as tentativas de entusiasmo do trabalhador, no afã de superação dos problemas, se a situação cotidiana não mostra possibilidade de solução, facilmente a repulsa é a via de fuga de qualquer ser vivente. É, senhores, a situação é calamitosa!

A solução, sem dúvida, engloba uma gama de envolvimentos, a começar pelo pensamento de que o judiciário não é uma fábrica. Não temos receita pronta para tudo. Justiça não se mede em números, se concretiza caso a caso, senão não é eficaz!

Nesse ponto, precisamos adentrar na questão das metas do CNJ, que permeiam o judiciário brasileiro desde 2009. Não somos contra as indigitadas tarefas, pelo contrário, reconhecemos sua importância. Mas para a concretização dessas metas, é necessário aparato humano, tecnológico e ergonômico capaz de suportá-las. E nisso somos muito deficientes.

A prova disso está nos próprios índices da Justiça Nacional em números. Apesar do crescimento da produtividade dos magistrados (onde nós, servidores, figuramos nos bastidores), os índices de demandas e congestionamento apenas aumentam.

Necessitamos, em situação emergencial, de que o Tribunal de Justiça demonstre envolvimento na resolução do problema.

Os serventuários da Justiça, base da pirâmide do Tribunal e muitas vezes lembrados dessa posição com pecha de inferioridade, devem ser lembrados como o elo entre o Poder Público e a sociedade, prestando serviços essenciais à população. E esse elo não pode ser enfraquecido, sob pena de prejuízo irreversível na concretização da atividade-fim desse Poder a que pertencemos.

A valorização do servidor é necessidade premente, matéria de alta importância, assunto a ser tratado com seriedade e respeito.

Não há justiça sem servidor. Não há produtividade sem servidor. Não há prestação jurisdicional sem servidor. Não existe despacho, decisão, sentença ou acórdão sem que antes, durante e depois, tenha atuado, além do Magistrado, também o servidor.

As questões vencimentais, cujas discussões se arrastam no Tribunal, pendentes de solução, à espera de inúmeros estudos, sempre no último nível do escalão de prioridade geram um sentimento geral de insatisfação e revolta.

A Comarca de Caldas Novas passou por um periodo de grande fertilidade (praticamente um surto) gerando muitas mães servidoras e magistradas. Hoje existem cerca de 20 crianças e até então não se tem nenhuma notícia concreta da concessão do auxílio-creche, que fica sempre para o próximo semestre.

É o auxílio-alimentação que não se equipara ao do Ministério Público, o auxílio-transporte que não sai da fase de estudo, a data-base que demora a ser aprovada, quando não sofre corte... Ou seja, todas questões que já são do conhecimento do Tribunal, pedidos que são feitos e reiterados continuamente pelo sindicato da categoria, mas que, aos olhos dos servidores, não estão recebendo atenção, nem sendo tratados com rapidez e sensibilidade.

O desejo de valorização não deve ser tratado como mero anseio, capricho. É requisito indispensável para a boa prestação jurisdicional, porque servidores desvalorizados não

fazem justiça.

E não se cinge apenas no fator vencimental, são necessários mais servidores; mais juízes; mais preocupação com a rapidez na tramitação dos processos administrativos, que caminham a passos de tartaruga; disponibilização de equipamentos ergonômicos; ginástica laboral; terapias redutoras do estresse e sala de convivência, procedimentos adotados na capital e que não se estendem às comarcas do interior; é preciso também mobiliário de qualidade e suficiente; equipamentos de informática modernos; scanners; aparelhos de telefone sem fio; cadeiras confortáveis e adequadas, apoio para os pés, dentre outros.

A separação de vagas privativas para servidores no estacionamento também é questão que merece ser estudada com carinho, porque o ambiente forense, não apenas em Caldas, mas em todos os locais, necessita ser transformado em ambiente agradável aos olhos, que transmita bem-estar, valorização e preocupação com organização e qualidade.

É preciso também melhorar e aproximar a relação entre juízes e servidores, incutindo-se a noção de que somos todos parte de um mesmo corpo, integrantes de uma mesma ordem, de que precisamos falar a mesma língua e de que o interesse público também está atrelado ao interesse do servidor, ao reconhecimento de méritos, à concretização e gozo de direitos.

E isso, com certeza, refletirá diretamente na prestação jurisdicional, porque é essencial para atingir metas e melhorar a produtividade.

Caldas Novas é tida no Estado como uma comarca problema. E essa fama é totalmente desmerecida. Os Magistrados que já atuaram aqui e, principalmente, os cinco que atuam agora, e se fazem presentes, são testemunhas de que a comarca conta com servidores compromissados e responsáveis. Que o serviço é muito, o trabalho é incansável e a pressão só aumenta.

Agora, não é crível que, mesmo sendo sabedor da realidade, o Tribunal de Justiça continue fazendo a divisão de varas de acordo com o número de habitantes. Caldas Novas é sim uma comarca diferenciada, mas sua distinção se dá, principalmente, pela abundância de causas cíveis de natureza complexa, que versam, em sua maioria, sobre questões imobiliárias, e de procedimentos de natureza penal, tendo em vista aumento da criminalidade e da população carcerária, haja vista o grande número de turistas e passantes pela cidade, que gera um acervo de cerca de 37 mil processos, que só aumenta.

Desse modo, expostos os problemas enfrentados no cenário local e confiantes no compromisso da atual gestão do Tribunal em se mostrar receptiva, finalizamos com a citação de Moacir Gadotti, que diz: "Se o homem se realiza pelo trabalho, também temos de admitir que ele pode perder-se nele".

Acontece que nós servidores, não queremos nos perder, senhores, queremos nos encontrar e ser encontrados.